

Senado aprova novo sistema de avaliação do ensino superior

Alunos com melhor desempenho receberão estímulos na forma de bolsas de estudo ou “outro tipo de distinção”, conforme projeto de conversão de medida provisória que retorna à Câmara

Página 3



Rosevelt Pinheiro

POLÊMICA A maior parte das críticas dos senadores não se dirigiram ao mérito da proposta do novo sistema de avaliação, mas à utilização de medida provisória para implantá-la

Reforma do Judiciário a um passo da solução

Projeto amplia atribuições das Forças Armadas

Página 4

Comissão debate denúncias contra Geap

Página 6



José Cruz

Um importante passo na direção de um Judiciário mais ágil foi dado ontem pela Comissão de Justiça. Os senadores aprovaram relatório de José Jorge à proposta de emenda à Constituição apresentada em 1992 na Câmara dos Deputados. O texto, que ainda pode ser modificado – a CCJ começa a votar na próxima semana mais de cem destaques –, cria o instituto da súmula vinculante, que pode diminuir o número de recursos judiciais, e introduz o controle externo do Poder Judiciário.

Página 5

APOIO José Jorge (D) recebe cumprimentos na CCJ: proposta, aceita pela comissão, depende da votação de destaques na próxima semana

Hélio Costa defende empresa de energia de MG



Hélio Costa apela ao governo para impedir "manobra"

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu providências ao presidente Lula e aos ministros de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, contra o que chamou

de manobra realizada pelos sócios minoritários estrangeiros da Companhia de Força e Luz Cataguazes/Leopoldina.

Para o senador, os acionistas estrangeiros conseguiram liminar na Justiça para impedir que a Cataguazes/Leopoldina distribua, aos acionistas, dividendos referentes a 2003, o que prejudica 3,5 mil funcionários, 1,8 milhão de consumidores em Minas Gerais, Sergipe, Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro e 13 mil acionistas.

Os acionistas estrangeiros, frisou Hélio Costa, alegaram que a distribuição de dividendos ameaçaria a saúde financeira da Cataguazes/Leopoldina. Para o senador, trata-se de manobra dos sócios norte-americanos para se apossar do controle acionário de uma companhia centenariamente brasileira.

A empresa teve prejuízo em 2001 e 2002, devido ao racionamento de energia. Se não distribuir dividendos por mais um ano consecutivo, disse Costa, será permitido, pela Lei das Sociedades Anônimas, que os sócios, Alliant Energy e Fundo Fondelec, assumam o controle da Cataguazes/Leopoldina.

Agenda

Plenário do Senado realiza sessão deliberativa às 14h30

Seis matérias ainda trancam a pauta de votações do Plenário, que realiza sessão hoje, a partir das 14h30. Entre as propostas em discussão estão: a medida provisória (MP 149/03) que autoriza o Poder Executivo a doar à Bolívia vacinas contra a febre aftosa; os projetos que criam o Programa de

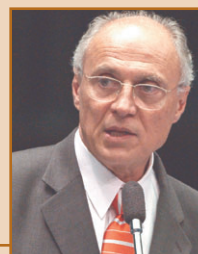
Arrendamento Residencial (PLV 12/04) e o Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (PLV 13/04); além de proposição (MP 152/03) que trata da regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

Sarney recebe presidente da Varig e ex-governadora do Amapá

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, o presidente da Viação Aérea Riograndense (Varig), Carlos Luiz Martins Pereira e Souza. Às 12h, Sarney conversa com a ex-governadora do Amapá Dalva Figueiredo e, às 15h30, preside a ordem do dia do Senado, no Plenário da Casa.

CRE vota indicações de embaixadores

Duas mensagens do Executivo que indicam os diplomatas Fausto Martha Godoy e Celso Marcos de Souza aos cargos de embaixador do Brasil no Paquistão e na Áustria, respectivamente, serão analisadas hoje, às 10h, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). A comissão vota ainda projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto – que define a participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais (PLS 189/03).



Gestão de serviços de informação em debate

A partir das 9h, será realizado o primeiro debate do "Ciclo de Palestras sobre o Sistema de Informações no Legislativo", no auditório do Interlegis. O evento conta com a presença da coordenadora do Information Resource

Center – IRC, da embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Serão discutidos hoje os temas "Gestão dos serviços de informação digital" e "Novas tecnologias em serviços de referência digital".

Comissão vota mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 11h, projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proibindo o trabalho de menores de 16 anos, salvo sob a

condição de aprendiz, a partir dos 14 (PLS 297/03). Será examinada ainda proposta que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais (PLS 313/99).

Calendário para três CPIs

Três comissões parlamentares de inquérito realizam hoje reunião administrativa, para definição dos roteiros de trabalhos para o ano e votação de requerimentos solicitando audiências públicas. A CPI do Banestado se reúne às 14h; a da Terra, às 10h; e a dos Transgênicos, às 9h.

Entrevistas na TV Senado

O programa *Cidadania* de hoje, exibido pela TV Senado, às 19h30, conta com a presença da diretora de cinema Monique Gardemberg e da atriz Cléo Pires. Elas comentam o filme *Benjamim*, uma adaptação do livro de Chico Buarque. Às 20h30, o senador João Tenório (PSDB-AL) fala sobre economia e empregos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Maria do Carmo homenageia os 149 anos de Aracaju

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) homenageou ontem a capital do seu estado, Aracaju, que está fazendo 149 anos. Com uma população de 650 mil habitantes, foi a primeira capital planejada



Maria do Carmo destaca o calor humano da capital

do país, e hoje abriga, num traçado geométrico que imita tabuleiro de xadrez, casarões e igrejas antigas e a arquitetura moderna dos edifícios e centros de compras.

A senadora lembrou em seu discurso que Aracaju ainda é a cidade dos cajueiros, dos papagaios e de extensas faixas litorâneas, "onde a brisa do mar e os raios de sol fazem esculturas" ao entardecer. Mas ali também são contagiantes o calor humano e a culinária, frisou.

Do ponto de vista econômico, a senadora por Sergipe chamou a atenção para a importância do porto Inácio Barbosa, que escoava com rapidez produtos variados, servindo inclusive ao estado da Bahia. Idealizado há 149 anos por Barbosa, presidente da então província de Sergipe, o porto foi concluído em 1994. Atualmente é administrado em moldes privados pela Companhia Vale do Rio Doce.

Pesar pela morte do monsenhor Aluísio Viana

Por requerimento da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), o Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento do monsenhor Aluísio Viana Martins, ocorrido na terça-feira, no município de Mata Grande (AL). A Casa enviará condolências à família.

Heloísa Helena ressaltou o trabalho social e espiritual realizado pelo monsenhor, durante 53 anos ininterruptos. Antes disso havia exercido o sacerdócio na cidade de Major Isidoro.

Segundo ela, o falecimento do religioso representa uma perda irreparável para a Igreja Católica de Alagoas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Genildo Magalhães



APELO Representantes do Movimento Nacional das Vítimas da Violência pedem ajuda ao presidente do Senado

Sarney recebe vítimas da violência no Rio de Janeiro

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem mulheres representantes do Movimento Nacional das Vítimas da Violência, que lhe pediram providências efetivas para a redução desse flagelo no país, a começar pela cidade do Rio de Janeiro, descrita por elas como em verdadeiro estado de guerra civil.

Eristéia Azevedo, que perdeu o filho na chacina do Maracanã, e Iracilda Toledo, que perdeu o marido na chacina de Vigário Geral, narraram a Sarney o desespero que os moradores de suas comunidades vivem em sua rotina diária.

– É preciso mudar o jeito com que os policiais agem dentro das comunidades. Não estamos querendo que eles não entrem, só queremos que nos respeitem – disse Eristéia.

O grupo de mulheres pediu a Sarney que entre em contato com o governo do Rio para pedir que a polícia mude seus métodos de trabalho.

– Sarney nos ouviu, disse que vai levar isso a Plenário e que vai falar com os governantes do Rio – relatou Iracilda.

Elas também informaram que, em razão da violência, estão morrendo quase 20 jovens por dia no Rio de Janeiro.

Documento do Movimento Nacional das Vítimas da Violência manifestou apoio ao projeto de reforma do Judiciário e pediu: “Congresso Nacional, olhai por nós”.

Cinema

Sarney também recebeu ontem o produtor de cinema Pedro Rovai, que veio divulgar o lançamento, previsto para junho, de *Tainá 2 – A Aventura Continua*. O filme dá continuidade a sua primeira produção do gênero em 2001: *Tainá – Uma Aventura na Amazônia*.

O presidente da IRB-Brasil, Lídio Duarte, conversou com José Sarney sobre o futuro da atividade de resseguro e a regulamentação do artigo 192 da Constituição.

Crivella defende a retomada de agenda positiva

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) propôs a retomada de uma agenda positiva no Congresso Nacional, começando pela aprovação imediata das medidas provisórias que estão na ordem do dia. “Dentre as MPs, destaco a de nº 4, que trata do arrendamento residencial e garante R\$ 3 bilhões, junto ao Ministério das Cidades, para o financiamento da casa própria”, afirmou o senador.

Crivella defendeu também a aprovação da MP que cria o Instituto Nacional do Semi-Árido, segundo ele, “uma necessi-



RECURSOS Crivella quer votação de MP que garante R\$ 3 bilhões para casa própria

dade urgente do país”. O senador disse que é preciso fazer com que essas propostas se tornem realidade, para o bem do país. E pediu ainda a retomada do programa Brasil Alfabetizado. Ele ainda denunciou que o Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, no Rio, está com graves problemas.

Senado aprova o Sinaes, substituto do Provão

Projeto, que volta à Câmara, cria o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

O Senado aprovou com 50 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção a proposta que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que substitui o mecanismo anterior, criado na gestão do ministro da Educação Paulo Renato, no governo Fernando Henrique Cardoso. A medida cria o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que substitui o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão.

Os estudantes com melhor desempenho receberão estímulos na forma de bolsas de estudo “ou outro tipo de distinção”, segundo o relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Outra mudança instituída pelo Projeto de Lei de Conversão 19/04 (MP 147/03) é a criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão, integrado por representantes do governo e das instituições de ensino. Os cursos superiores, privados e públicos, serão avaliados e classificados em três categorias: satisfatório, regular e insatisfatório.

Os cursos que não obtiverem classificação positiva terão que cumprir as exigências do Mi-



VOTAÇÃO Projeto de conversão da medida provisória do Sinaes foi acolhido com 50 votos favoráveis e 10 contrários, após amplo debate

nistério da Educação. O não cumprimento das exigências acarretará punições que irão da advertência até o fechamento definitivo.

Valadares acolheu duas emendas, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Romeu Tuma (PFL-SP). A primeira delas garante a paridade entre univer-

sidades públicas e privadas na comissão de especialistas que avaliará os cursos de graduação. A segunda emenda vai garantir que se leve em consideração, na avaliação de um curso, o fato de que alguns alunos possam ser provenientes de cursos com classificação inferior. Por ter recebido emendas, o projeto volta à Câmara.

Senadores criticam uso excessivo de MPs

A discussão do projeto que cria o Sinaes levou novamente os senadores a debater o uso excessivo de medidas provisórias para assuntos que não são urgentes e merecem um debate mais profundo do Congresso. O próprio relator do Sinaes, Antonio Carlos Valadares, disse que o impasse em torno da proposta não era referente ao mérito, mas sim ao fato de ter sido apresentada pelo Executivo por medida provisória, e não por projeto de lei.

O senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação, anunciou que o ministro da Educação, Tarso Genro, irá à comissão na próxima terça-feira para debater as pro-

postas do governo para o ensino superior e será cobrado sobre o uso de MPs. Osmar aproveitou para denunciar o fechamento de 43 cursos superiores no Paraná pelo governador Roberto Requião, inclusive o curso de Agronomia de Maringá, que o senador considera fundamental para a cidade.

Heloísa Helena (sem partido-AL) anunciou que iria votar contra a proposta a pedido de entidades como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), que não foram consultadas sobre as mudanças.

– Estive hoje, com outros parlamentares, com o ministro da

Educação, Tarso Genro, e lhe pedimos que o debate sobre o ensino superior, estatização ou privatização, não venha por medida provisória – disse.

O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que votaria contra, por discordar da proposta, mas deixava o voto do partido em aberto. Ramez Tebet (PMDB-MS) e Alvaro Dias (PSDB-PR) também criticaram o uso de medida provisória em assunto de tal complexidade.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) informou ter apresentado emendas, ainda na fase de debates na Câmara dos Deputados, que foram aprovadas pelo relator, e anunciou voto favorável.

Moreira Alanz



PUNIÇÃO Valadares propõe multa de no mínimo R\$ 500 para os infratores

Projeto de Valadares regulamenta envio de spam

Projeto de lei que regulamenta o envio de mensagens eletrônicas (*e-mail*) não solicitadas, o chamado *spam*, utilizado geralmente como publicidade barata, foi apresentado ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

De acordo com a proposta, os remetentes de mensagens eletrônicas não solicitadas só podem enviá-las uma única vez e são obrigados a apresentar completa identificação, não podendo esconder ou falsear o endereço de origem. Além disso, o projeto determina que a mensagem deve conter mecanismo para que o destinatário possa optar pelo não recebimento de outros *e-mail* e a retirada do seu endereço do banco de dados do remetente.

A proposta de Valadares também determina a criação de um cadastro nacional onde ficariam armazenadas as manifestações de opção pelo não recebimento de mensagens eletrônicas não solicitadas. Os infratores ficariam sujeitos a pena de multa no valor de R\$ 500 por mensagem enviada a um mesmo destinatário. Em caso de reincidência, a multa seria aumentada em um terço.

Valadares também se solidarizou com o povo espanhol pelas mortes ocorridas nos atentados em Madri, no último dia 11. Ele disse que não há justificativa política, religiosa ou de qualquer ordem para o massacre. E destacou que os espanhóis deram a resposta nas eleições do último domingo protestando por meio do voto.

– Eram pessoas indo trabalhar e absolutamente indefesas. Naquele trem suburbano estava o povo espanhol, ali estavam eleitores de todos os partidos, ali estavam pessoas inocentes sob qualquer ponto de vista – assinalou.

Forças Armadas poderão atuar na segurança pública

Proposta aprovada pela CCJ prevê cooperação das três Armas no combate ao crime organizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) favorável ao projeto do senador César Borges (PFL-BA) que estabelece novas atribuições para as Forças Armadas, de modo que as três Armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) cooperem com os órgãos federais de segurança pública no combate ao crime organizado. A matéria será submetida agora à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, depois, ao Plenário.

– As atribuições subsidiárias previstas não desvirtuam as Forças Armadas de sua competência constitucional. Pelo contrário, servem como treinamento de guerra, pois a atuação prevista é eminentemente operacional. Não há invasão de atribuições tipicamente policiais, pois o projeto delinea um sistema de cooperação que resguarda o preparo e as ações materialmente militares – declarou Antonio Carlos. Ele apresentou três emendas à proposta (PLS 221/03) para aperfeiçoar a redação, especialmente no que diz respeito às atribuições do Exército no apoio à Receita Federal e obras de infra-estrutura.

Para o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a proposta, que altera a lei complementar sobre a organização das Forças Armadas, leva em conta uma concepção moderna do seu papel institucional. O parlamentar anunciou que a proposta está sendo bem recebida pelos militares, já que o projeto contou com colaboração ativa de membros do Executivo.

Combate ao tráfico

César Borges, o autor do projeto, creditou os méritos da iniciativa a Antonio Carlos, que há muito tempo vem defendendo, no Senado, as novas atribuições. Para César Borges, é hora de as Forças Armadas participarem do esforço nacional de dar mais segurança à população, combatendo, sem tréguas,



As novas atribuições do Exército segundo a proposta de César Borges

Cabe ao Exército, como atribuições subsidiárias peculiares:

- 1 Contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre
- 2 Cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia relacionados com a infra-estrutura terrestre, portuária e aeroportuária
- 3 Cooperar com órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, particularmente com apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de inteligência, exercendo o controle operacional quando for o caso
- 4 Atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, realizando:
 - A Patrulhamento
 - B Revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves
 - C Prisões em flagrante delito
- 5 Autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores



DECISÃO Parecer favorável ao projeto de César Borges (E) foi elaborado por Antonio Carlos Magalhães, com emendas de redação

o tráfico de drogas e de armas, por exemplo.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que passou oito anos no Exército, acredita que, com as atribuições definidas em lei, o treinamento adequado no apoio à segurança pública passará a fazer parte da formação das Forças Armadas.

Ao analisar que o Brasil é um país de tradição pacífica, o senador Magno Malta (PL-ES) disse que as Forças Armadas têm papel fundamental no combate do “grande inimigo” nacional, que é o narcotráfico, atuando, juntamente com as polícias federal e estaduais.

Na opinião do senador Demostenes Torres (PFL-GO), a

aprovação da proposta representa o início de uma reação na área de segurança pública, que precisa de uma política nacional. Ele acredita que é um erro afirmar que as Forças Armadas não podem atuar na segurança pública por não ter formação específica para isso.

O aumento da segurança nas fronteiras é, na opinião do senador João Capiberibe (PSB-AP), o maior mérito do projeto. Ele relatou que a fronteira com as Guianas tem 640 quilômetros e conta com apenas um agente da Polícia Federal. Agora, continuou, o batalhão do Exército na região vai poder, com as novas atribuições, representar de fato o Estado nas fronteiras.



ACOLHIDA Renan recebeu apelo de mães cujos filhos foram vitimados pela violência

Renan quer urgência para projeto sobre referendo

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou ontem que vai apresentar requerimento de urgência para o projeto de resolução que estabelece no primeiro domingo de outubro de 2005 a realização do referendo popular que decidirá se deve ou não ser proibida a comercialização de armas de fogo no Brasil.

Renan disse ter recebido, em seu gabinete, uma comitiva de 50 mães do Rio de Janeiro que perderam seus filhos, vitimados pela violência. Nesse estado, ressaltou, não são resolvidos 90% dos crimes em que não se identificam os envolvidos. Em São Paulo, prosseguiu, o quadro é ainda pior, pois menos de 2% dos casos são solucionados.

O senador defendeu a adoção no Brasil dos juizados de instrução, em que a investigação é conduzida em conjunto pela polícia, Ministério Público e juiz.

João Ribeiro cobra combate à violência

O Congresso precisa tomar para si a mobilização da sociedade em prol da não-violência, defendeu o senador João Ribeiro (PFL-TO), ao divulgar os gastos do país com segurança. “Algo em torno de R\$ 120 bilhões é o que se gasta para tratar essa verdadeira praga anti-social que tomou conta da sociedade”, afirmou.

Apesar de gastos tão elevados em um sistema de vigilância que se mostra ineficiente, a sociedade não tem, em curto prazo, perspectiva de neutralizar a ação das organizações criminosas, disse ele.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Proposta que visa agilizar a Justiça prevê adoção de súmula vinculante para decisões do STF e impeditiva de recursos para STJ e TST, além de quarentena e proibição de nepotismo

José Cruz



ENTENDIMENTO O relator da PEC, José Jorge, discute aspectos da proposta com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante

Comissão aprova súmula vinculante de decisões do STF

O Senado deu importante passo na direção de uma Justiça mais ágil no país. Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem o relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a proposta de emenda constitucional que reforma o Poder Judiciário, apresentada na Câmara em 1992.

O texto (PEC 29/00), que ainda pode ser modificado, cria a súmula vinculante, que deve diminuir em mais de 80% o número de processos julgados anualmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), segundo estimativa do consultor do Senado Gabriel Dezen. A comissão inicia o exame de destaques na próxima semana.

José Jorge manteve o entendimento da Câmara a respeito do chamado efeito vinculante. Dessa forma, decisões reiteradas do STF, aprovadas por dois terços dos seus 11 ministros, deverão ser seguidas pelas instâncias inferiores da Justiça, em casos semelhantes. Se confirmado em Plenário, o dispositivo poderá ser promulgado.

Foi aprovado ainda outro dispositivo que deverá diminuir os processos nos tribunais superiores: a súmula impeditiva de recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). O instituto impede recursos contra decisão de primeira instância para a qual já exista pronun-

ciamento desses tribunais. De acordo com o consultor, dos 170 mil processos julgados pelo STJ em média, por ano, pelo menos 60% são repetição de ações já apreciadas.

A Comissão de Justiça também acolheu o controle externo do Judiciário, conforme o texto da Câmara. O órgão responsável por essa tarefa será composto por 15 integrantes, entre membros do próprio Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e da sociedade civil. Outro dispositivo que permanece na proposta é o que trata da federalização dos crimes contra os direitos humanos.

Os senadores inovaram, no entanto, ao introduzir a proibição de nepotismo (contratação de parentes para cargos públicos) no Poder Judiciário. O texto aprovado impõe modificações nas atribuições da Justiça do Trabalho, constitucionalizando algumas delas.

Na opinião do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a adoção da súmula vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), como forma de atacar a falta de agilidade da Justiça, por si só, já justificaria a aprovação da reforma do Judiciário. Ele pediu que a discussão da matéria sirva para que seja dada continuidade à reforma da legislação infraconstitucional, como a reformulação dos códigos processuais.

Logo após a apresentação do relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a reforma do Judiciário, os senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) anunciaram pedidos de destaques para votação em separado de emendas ao texto. São mais de cem destaques que deverão começar a ser votados na próxima quarta-feira.

Um dos pontos que se pretende alterar é o que trata do controle externo. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quer que o Conselho Nacional de Justiça, que seria responsável por esse controle, fi-

que vinculado ao Judiciário.

Garibaldi acredita que a reforma não vai “aplar a ansia da população por efetivas mudanças na Justiça brasileira”, por entender que o Judiciário precisa “restaurar, internamente, sua higidez técnica e moral”, enviando, inclusive, ao Congresso, propostas legislativas para aperfeiçoar seu funcionamento.


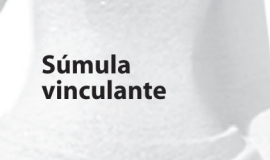
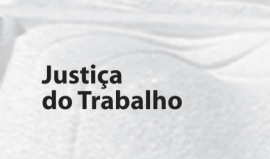

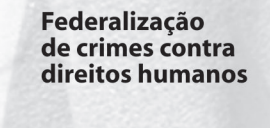
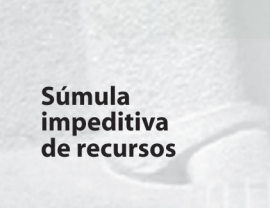
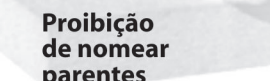
O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que o Ministério da Justiça precisa encaminhar ao Congresso proposta de reforma dos códigos processuais. Ele vai propor que

o Ministério Público possa eleger o procurador-geral, em vez de ter que encaminhar uma lista tríplice ao presidente da República, a exemplo do que já acontece nos tribunais.

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a reforma do Judiciário pode trazer avanços, mas não vai significar “o sepultamento definitivo da desesperança da população” nesse Poder. E defendeu a descentralização das atividades da Justiça Federal, mediante a criação de mais tribunais regionais federais nos estados, inclusive no Paraná.

Promulgação mais próxima

O relatório aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou parte do texto que veio da Câmara. Assim, os artigos que possuem concordância nas duas Casas poderão ser promulgados em breve, bastando que o Plenário confirme o relatório do senador José Jorge (PFL-PE). O que foi alterado pelo relator terá que voltar para análise dos deputados. Veja o que poderá ser promulgado e o que volta para exame da Câmara:

	Conselho Nacional de Justiça	Instância que executará o controle externo do Judiciário. Será composto por 15 membros, nomeados pelo presidente da República após aprovação dos nomes no Senado. Entre os membros estão três ministros de tribunais superiores, um desembargador estadual, cinco juizes, dois advogados, dois membros do Ministério Público e dois cidadãos indicados pelas duas Casas do Poder Legislativo. Uma das atribuições do conselho é receber reclamações e denúncias contra membros do Judiciário (magistrados ou servidores), podendo aplicar sanções disciplinares, como remoção ou aposentadoria. O texto, porém, retirou dele o poder de decidir pela perda de cargo de juiz. A União criará em todos os estados ouvidorias de Justiça para receber as denúncias.
	Súmula vinculante	Instrumento pelo qual uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovada por 2/3 dos seus 11 ministros, terá que ser obrigatoriamente seguida pelos demais juizes. A medida é voltada, principalmente, para os juizes de primeira instância (federal ou estadual), que terão que seguir as posições adotadas pelo Supremo. Na prática, a súmula vinculante reduz o número de recursos na Justiça brasileira, uma vez que 80% das causas julgadas no STF se referem a apelações de instâncias inferiores.
	Justiça do Trabalho	Altera a competência da Justiça do Trabalho para julgar toda causa que diz respeito ao trabalho humano. Além disso, constitucionaliza matérias que estão atualmente em leis ordinárias, como julgamentos de ações relativas a penalidades impostas a empregadores por órgãos de fiscalização, como as delegacias regionais do Trabalho. A reforma também prevê que juizes de Direito poderão atuar como juizes trabalhistas nos locais não cobertos por vara do Trabalho. Isso amplia a atuação da Justiça trabalhista no país, beneficiando, principalmente, a população de pequenos municípios.
	Quarentena para magistrados	Os juizes não poderão exercer a advocacia após a aposentadoria ou exoneração, nos locais onde trabalharam, antes de decorridos três anos. Hoje é comum um juiz se aposentar e atuar como advogado no mesmo fórum em que exercia o juízo.
	Federalização de crimes contra direitos humanos	Os crimes contra direitos humanos, como tortura e homicídio praticado por grupo de extermínio, poderão ser julgados pela Justiça Federal, desde que o procurador-geral da República manifeste interesse perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, o julgamento da maior parte desses crimes compete aos tribunais de júri, na esfera estadual.
	Súmula impeditiva de recursos	O relator propôs a adoção desse dispositivo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por meio dele, os tribunais poderão criar súmulas que, a partir da sua publicação, impedirão a apelação mediante recursos. Assim, se em um julgamento a decisão do juiz for idêntica à súmula editada pelo STJ e TST, não será possível apelar da decisão. Para se tornar impeditiva, as súmulas terão que ser aprovadas por 2/3 dos membros de cada tribunal.
	Proibição de nomear parentes	A proposta do relator é que juizados e tribunais sejam impedidos de contratar ou nomear, no seu âmbito, para cargos comissionados, cônjuge, companheiro ou parente em até segundo grau de juizes. A regra também vale para servidores concursados, que não poderão ser designados para trabalhar junto com o juiz parente.

Célio Azevedo



DISCUSSÕES Convidados falam à Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Lúcia Vânia (ao microfone)

Atuação da Geap é debatida em audiência

■ Convênios do governo para assistência médica aos servidores foram analisados por autoridades do setor

A assessora jurídica da Casa Civil da Presidência da República, Denise Abreu, contestou, em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), denúncias de que o governo estaria privilegiando a Fundação de Seguridade Social (Geap) na escolha dos planos de saúde para os servidores públicos federais.

De acordo com a assessora, a atual legislação permite três tipos de assistência médica aos servidores: pelo Sistema Único de Saúde (SUS); por meio de contratos com empresas privadas, segundo a Lei das Licitações; e mediante convênios com entidades de direito privado, como a Geap. Como a terceira possibilidade era a única não regulamentada, frisou, o governo decidiu elaborar os decretos com essa finalidade.

A diretora-executiva da Geap, Regina Parizi, esclareceu que a entidade atende principalmente aos servidores de baixa ren-

da, cobrindo procedimentos complexos, como transplantes, e serviços de assistência social, como o fornecimento de muletas, próteses e cadeiras de rodas. “Que outro plano de saúde oferece isso?”, questionou.

Durante o debate na CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, observou a necessidade de que estejam claros os papéis das áreas de saúde e previdência da Geap, para que a agência possa acompanhar os serviços prestados.

Por sua vez, o diretor de Saúde da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados (Fenaseg), Horácio Cata Preta, levantou a possibilidade de uma preferência pela Geap resultar em prejuízo para os cofres públicos.

Embora tenha admitido, na audiência pública, que as entidades de autogestão têm cobertura maior, o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Arlindo de Almeida, manifestou preocupação com a possível criação de reserva de mercado. Por sua vez, o presidente da Unimed, Celso Corrêa de Barros, disse que, se os de-

cretos publicados pelo governo impedirem a renovação de contratos de órgãos públicos com a entidade que dirige, isso resultará em “algum prejuízo”.

Debates

Questionada sobre o valor de seu salário, Regina Parizi informou, em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que recebe mensalmente R\$ 10 mil em valores líquidos. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) estranhou que a Geap não preste contas a ninguém, nem ao Tribunal de Contas da União (TCU). Já Tião Viana (PT-AC) salientou que no atual governo a instituição resgatou grande parte de sua dívida, “o que demonstra uma rigorosa gestão”.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Fátima Cleide (PT-RO) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) chegaram à conclusão, ao final da reunião, de que “não existe qualquer privilégio” no convênio assinado entre o governo federal e a Geap.

Hélio Costa (PMDB-MG) enalteceu o trabalho da fundação. Também participaram dos debates os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Flávio Arns (PT-PR), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Célio Azevedo



POLÊMICA Senadores da CAS discutem o convênio assinado entre o governo federal e a Geap

Osmar Dias defende ministro da Agricultura

O senador Osmar Dias (PDT-PR) manifestou-se ontem em defesa do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, acusado pelo governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), de receber dinheiro da multinacional Monsanto para defender o plantio e a comercialização de produtos transgênicos, segundo matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*.

Dizendo conhecer Rodrigues há 30 anos, Osmar Dias garantiu que a acusação é injusta. Ele lembrou que o ministro é agricultor e técnico agrícola com reconhecimento internacional, tendo exercido os cargos de presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da entidade mundial das cooperativas.

– Estranho que ninguém do governo tenha defendido o mi-



Roosevelt Pinheiro

CONFIANÇA Acusação publicada no jornal *Correio Braziliense* é injusta, afirma Osmar Dias

nistro – assinalou.

O senador também ressaltou não concordar com os termos do projeto de lei de biossegurança aprovado na Câmara, e que está no Senado aguardando o relator. Para Osmar Dias, o poder de liberar um produto transgênico deve ser da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Greve da Polícia Federal gera prejuízos, diz Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) condenou o que considera inércia do governo para resolver o problema da greve da Polícia Federal e do serviço de vigilância sanitária nos portos brasileiros.

– No caso da Polícia Federal, a investigação do caso Waldomiro Diniz está parada, e talvez seja isso o que quer o governo. No caso do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, pode haver a paralisação das indústrias de processamento de carne, com prejuízos de R\$ 15 milhões por dia à economia de Santa Catarina, por exemplo – disse o senador.



Roosevelt Pinheiro

INÉRCIA Leonel Pavan critica governo por não agilizar solução para o problema

Pavan aproveitou o discurso para falar da indignação do povo de Santa Catarina com o descaso do governo federal para com a BR-101.

César Borges critica postura de Waldir Pires

O ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, falhou na investigação das atividades ilegais de Waldomiro Diniz, mas persegue feitos de partidos de oposição, com ênfase naqueles que administram cidades baianas. Foi o que afirmou ontem o senador César Borges (PFL-BA).

Citando declarações do ministro aos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, César Borges alertou para a imprudência e a falta de transparência com que Waldir Pires viria tratando o caso do ex-assessor parlamentar da Casa Civil. “Levar a nação a um tumulto de ação política por causa de um

funcionário corrupto? Em um país habituado ao ‘rouba mas faz’ e a oligarquias que produziram todo tipo de coisa? Isso não é possível”, afirmou o controlador, conforme o que foi publicado pelos jornais.

– Querendo ser levado a sério, esse senhor produziu uma piada como a do velho [cronista] Stanislaw Ponte Preta – disse o senador baiano, referindo-se ao bordão “ou restaura-se a moralidade, ou nos locupletamos todos”.

César Borges foi aparteado por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC). Eles consideram que Waldir Pires vem cumprindo bem o seu papel.



BASE JURÍDICA Jefferson cita Brossard para justificar mandado de segurança

Jefferson e Simon pedem ao STF para aprovar CPI

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) informou ontem que protocolou, juntamente com o senador Pedro Simon (PMDB-RS), pedido de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, depois que os líderes dos partidos da base governista se recusaram a fazer as indicações, inviabilizando a instalação da comissão.

O senador disse que a iniciativa dele e de Simon estava baseada em ordem jurídica, confirmada por artigo escrito por Paulo Brossard, ministro aposentado do STF, jurista e ex-senador, no jornal *Zero Hora*, na segunda-feira (8). De acordo com Brossard, querendo ou não a maioria, basta um terço de cada Casa para que a CPI seja criada na forma da lei. Segundo o jurista, a decisão cabe à minoria, independentemente de votação.

Brossard assinala em seu artigo que “o que se vê é o Executivo, pela maioria que o apóia, procurar abafar a possível investigação parlamentar, deste ou daquele fato”. Desse modo, “o que era ou deveria ser prerrogativa da minoria, passaria a ser disposto segundo interesse da maioria”.



CRISE MORAL Bornhausen sustenta que governo não tem competência para reduzir juro

Jereissati defende diálogo maduro com o governo

■ E diz que os próprios aliados são os responsáveis por propostas que geram instabilidade

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou ontem em Plenário que seu partido faz uma oposição “responsável e construtiva” ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao defender um “diálogo maduro e democrático entre governo e oposição”, o parlamentar declarou que o PSDB, no entanto, “não fugirá do dever de fiscalizar o governo federal” e que “não teme ameaças, veladas ou não”.

O representante do Ceará ressaltou que a oposição não tem interesse em desestabilizar o governo Lula ou remover do cargo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.



CRÍTICAS Jereissati lamenta a falta de políticas sociais e de um projeto claro de infra-estrutura

– Advirto que a desestabilização do ministro Palocci acarretaria o mais absoluto caos neste momento. Pior é constatar que essa iniciativa parte da própria base do governo – declarou Jereissati, criticando a nota divulgada pelo PT com críticas à política econômica,

que, a seu ver, teria “autorizado” os demais partidos da base governista a atacarem o ministro da Fazenda.

O senador, entretanto, criticou a “falta de políticas sociais do governo federal”, assim como a estagnação econômica, a “paralisação no combate ao desemprego” e a falta de “um projeto claro de infra-estrutura”. Para Tasso Jereissati, o governo Lula descumpe os acordos, como no caso da votação da proposta paralela de reforma da Previdência Social, que não foi apreciada pela Câmara dos Deputados.

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou o “debate em alto nível” de Jereissati, mas mencionou números positivos na economia, como o superávit na balança comercial, o sucesso do agronegócio, a queda progressiva dos juros e o crescimento da indústria em São Paulo e Santa Catarina.

Para Mercadante, compromissos com a oposição foram todos cumpridos

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), embora elogiando o discurso do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), observou que não compartilhava da idéia de que compromissos previamente firmados pelo atual governo não tivessem sido cumpridos.

Mercadante afirmou que todos os compromissos firmados pelo governo com a oposição foram cumpridos, destacando, entre eles, o acordo em relação à dívida dos pequenos agricultores e a votação da chamada PEC paralela da reforma da Previdência Social, que, afirmou, “está avançando na Câmara dos Deputados”.

O senador citou ainda a refor-



LISTA Mercadante enumera os resultados dos acordos, como o da dívida dos agricultores

ma tributária, ressaltando seu acolhimento pela sociedade brasileira como uma grande inovação, e saudou o reconhecimento de Jereissati à estabilidade econômica, lembrando que o atual governo encontrou

o país em situação difícil, com fragilidade cambial, dívida pública acelerando-se e inflação de 29%, o que, afirmou, comprometia “os instrumentos de governabilidade da política econômica”.

Mercadante lembrou a queda do risco país de 2.400 para 500 pontos, a recuperação do crédito, a menor taxa de juros dos últimos oito anos, a safra agrícola recorde, o maior volume de exportações e o maior saldo comercial da história, entre outros pontos positivos. O senador citou ainda a aprovação do marco regulatório do setor elétrico, que classificou como inovador, e a liberação de novos investimentos.



DEFESA Arthur Virgílio critica declarações contra o PSDB feitas por Dirceu diante de prefeitos

Virgílio afirma que PSDB não tem medo de ameaças

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM) afirmou ontem que, se o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sabe de alguma coisa grave ou de alguma “falcatura” do PSDB e não delata, está incorrendo no crime de prevaricação. Virgílio referiu-se às declarações de Dirceu feitas ontem na comemoração do seu aniversário com prefeitos do PT.

Segundo Arthur Virgílio, José Dirceu fez “comentários desairosos ao PSDB e ameaças veladas”, impondo pontuações ao Senado Federal.

– Se o ministro José Dirceu ou o governo tem qualquer coisa contra o PSDB, que fale logo. Nosso partido é de diálogo, não é de recuo – disse.

Arthur Virgílio ressaltou que não foi o PSDB que apresentou Waldomiro Diniz ao ministro-chefe da Casa Civil.

– Se o ministro José Dirceu tem alguma denúncia a fazer, que se dirija à nação sem meias palavras e sem subterfúgios – frisou.

O senador também reafirmou a crença de que é possível que o Senado continue trabalhando normalmente com uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) em funcionamento. Ele assinalou que a paralisação é um problema gerencial do governo e, nesse assunto, a oposição não pode se meter.

Bornhausen: “Governo está sem autoridade moral também”

O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), afirmou em Plenário que o governo tem sido incompetente para reduzir o desemprego e a taxa de juros e promover o crescimento econômico, e desde a semana passada mostrou-se “também sem autoridade”.

– Um governo que é contestado até por nota pública do PT, que pede nova política econômica, que tem um aliado a pedir a demissão de seu ministro da Fazenda, atravessa uma crise moral. Agora, além da incompetência, temos um governo sem autoridade – criticou Bornhausen.

O senador oposicionista sustentou que chega “a ser primária” a afirmação dos governistas de que a oposição está trabalhando para desestabilizar o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Ora, se pedir investigações transparentes sobre a atuação de um dos principais assessor-

res da Casa Civil apanhado em falcaturas vai desestabilizar o governo, é porque o governo já está perdido. Pela incompetência, esse governo não consegue reagir à crise que ele próprio criou – afirmou.

A instalação da CPI dos Bingos, concluiu, não vai prejudicar a economia.



PROMESSA Heloísa Helena lembra campanha eleitoral do PT para pedir aumento

Senadora quer negociar reajuste maior para o mínimo

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) anunciou uma negociação suprapartidária, na Câmara e no Senado, para aprovar um projeto de lei dando ao salário mínimo, a partir de 1º de maio, um reajuste correspondente à reposição da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido do índice de 26%.

Segundo ela, esse aumento representará o cumprimento da promessa de campanha eleitoral do PT de dobrar, em quatro anos, o poder aquisitivo do trabalhador de baixa renda.

De acordo com Heloísa Helena, o salário mínimo representa grande instrumento para melhorar a distribuição de renda no país. A senadora por Alagoas destacou que cerca de metade dos trabalhadores brasileiros não tem carteira assinada, o que a seu ver seria apenas uma entre as tantas violações dos direitos trabalhistas e constitucionais do trabalhador brasileiro. O Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), por exemplo, disse a senadora, calcula em R\$ 1.445,00 o valor mensal do salário mínimo necessário para cumprir as exigências constitucionais de alimentação, habitação, transporte e lazer do trabalhador e de sua família.

Ela reconheceu, no entanto, que propor essa quantia, nos dias de hoje, seria irresponsável, mas defendeu que um reajuste de 26% acima da inflação, a cada ano, seria capaz de dobrar o poder aquisitivo dos trabalhadores.

ACM sugere consulta sobre financiamento de campanha

■ Senador acredita que lista de candidatos indicados pelos partidos pode acabar com democracia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs da tribuna que seja feita uma consulta para saber se a população concorda em financiar as campanhas dos políticos candidatos e se a proposta de listas de candidatos indicados pelos partidos tem aceitação. Ele disse acreditar que o povo não aceitará gastar quase R\$ 1 bilhão para o pagamento das campanhas de candidatos.

Sobre o financiamento público das campanhas, Antonio



SOLUÇÃO Antonio Carlos propõe aprimoramento da fiscalização dos TRES

Carlos sustentou que, na verdade, quem tem hoje apoio de empresários poderá passar a

receber dinheiro de duas fontes – dos seus tradicionais financiadores, por debaixo do pano, e do fundo de financiamento eleitoral.

– A solução é aprimorarmos o atual sistema de fiscalização dos tribunais eleitorais. Repito: o que não podemos é tirar dinheiro do povo para passar para as campanhas dos políticos – assinalou.

Depois de pedir a transcrição, nos Anais do Senado, de editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* do último domingo sobre o assunto, com o título “Falsa Solução”, Antonio Carlos Magalhães deu sua opinião sobre o futuro se o programa de listas de partidos for implantado: “Ele vai acabar com a democracia no Brasil”.

Mozarildo pede novo pacto federativo

O Senado deve aproveitar a VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com a presença de prefeitos de todo o país, para começar a discutir um novo pacto federativo, defendeu ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Para ele, o Congresso deve legislar para beneficiar os municípios.

Na opinião do senador, só um novo pacto federativo pode dar aos municípios a importância que eles devem ter. Nas atuais relações federativas, ao contrário, a maior parte dos recursos é concentrada pela União e pe-

los estados, cabendo aos municípios a menor parte da arrecadação tributária.

Mozarildo reclamou também que a Controladoria-Geral da União, órgão da Presidência da República, está atuando de forma perversa com os municípios, apontando na Internet as prefeituras em que encontra irregularidades. Ele ponderou que não é correto denunciar as administrações municipais antes mesmo de elas terem sido processadas, como estaria ocorrendo. Para a população, afirmou o senador, um prefe-



DISCRIMINAÇÃO Mozarildo diz que maior parte dos recursos vai para União e governos estaduais

to a quem for atribuída alguma irregularidade na gestão será considerado um ladrão.

ILB e Unilegis iniciam aulas com novos cursos

Novos cursos de Administração Legislativa, Especialização de Controle da Constitucionalidade (em parceria com o Supremo Tribunal Federal) e de Extensão da História do Parlamento Brasileiro serão oferecidos este ano pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), anunciou ontem o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, durante a abertura oficial do ano letivo, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal.

A solenidade foi aberta pelo 1º secretário do Senado Federal, Romeu Tuma (PFL-SP),



ABERTURA Florian Madruga, Sérgio Sampaio, senador Romeu Tuma e Agaciel Maia participam da solenidade no Auditório Petrônio Portella

que lembrou a determinação do Congresso de formar, com a união do ILB, da Unilegis e do Interlegis, um centro de inteligência a serviço do Poder Legislativo.

Durante a cerimônia, foi lançado vídeo com perfis de di-

versos servidores do Congresso, denominado Casa-Memória. Ao falar aos alunos, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, registrou com alegria a formatura, no próximo dia 26, da primeira turma de Direito Legislativo do ILB.

Gustavo Franco é reconvoado pela CPI do Banestado

Em reunião administrativa realizada ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a evasão ilegal de divisas por meio de contas CC-5, aprovou requerimento pedindo a reconvocação do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Hoje, às 14h, a CPI realiza nova reunião administrativa.

Foram aprovados sete requerimentos solicitando a quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de cinco pessoas e convocando, além de Gustavo Franco, outras quatro pessoas para depor na CPI do Banestado: os ex-diretores do banco Daniel Gleiser, Demóstenes Madureira Pinho e Carlos Alberto Andrade.

Sem quórum, votação do PPA é adiada novamente

Novamente por falta de presença mínima de deputados e senadores, a Comissão Mista de Orçamento adiou para a próxima terça-feira a discussão e a votação do Plano Plurianual (PPA), que contém todos os investimentos do governo federal até o final de 2007.

O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anunciou que, se não houver quórum outra vez, uma hora depois a comissão passará a ouvir o ministro do Planejamento, Guido Mantega, convidado para explicar aos parlamentares o contingenciamento de gastos anunciado recentemente pelo governo. A sessão está marcada para começar às 14h.

Subcomissão debate empréstimo a exploração mineral

Foi aprovado ontem, na Subcomissão Permanente da Amazônia, requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) determinando realização de audiência pública para debater a possibilidade da concessão de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar a exploração mineral na Vila de Pitanga, localizada no município de Presidente Figueiredo (AM). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O senador, que preside a subcomissão, explicou que esse local apresenta mais de 20 minerais, sendo o principal a cassiterita (minério de estanho).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Heráclito Fortes e Augusto Botelho